



Ministério Público de Contas
do Estado do Amazonas



CLIPPING

Veículo: Jornal ACrítica	Editoria: Política	Página: A5	Data: 06.07.16
Título/Assunto: Contas do governo são aprovadas na ALE-AM			
Link para matéria:			
Cita o MPC? [x] SIM [] NÃO	[] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[] Articulada pela assessoria [x] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo

Contas do governo são aprovadas na ALE-AM

Secretarias de Estado informam que vão analisar as 14 recomendações encaminhadas pelo TCE-AM

GEIZYARA BRANDÃO
politica@acritica.com

A prestação de contas do Governo do Estado do Amazonas foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), ontem, com apenas um voto contra. As contas chegaram ao Parlamento com 14 recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE) como maior rigidez na cobrança dos valores lançados na dívida ativa do Estado e medidas para ampliar a transparência nos gastos públicos.

De acordo com o deputado Adjuto Afonso (PDT), relator da Comissão de Finanças Públicas, as orientações estabelecidas pelo TCE estão mantidas. "As contas foram aprovadas com as recomendações técnicas que o órgão técnico (TCE) fez. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembleia e nos dá parâmetro para que possamos analisar as contas do governo", explicou o parlamentar.

Uma das recomendações é a questão da transparência, que segundo o secretário de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sepplancti), Thomaz Nogueira, já estão avançando em relação ao ano de 2015. "Vamos fazer

Frase



Com relação à transparência, já superamos com esforço.

Thomaz Nogueira
Secretário de Planejamento (SEPLAN-CTI).

uma análise de todas as recomendações para tomarmos as devidas providências. Com relação à transparência, já superamos com esforço. No site (Portal da Transparência) já podem ser encontradas as contas desde ano", assegura.

David Almeida (PSD) afirma que não existem ressalvas, ou seja, irregularidades nas contas e que as recomendações serão atendidas. "O plenário da Assembleia deliberou, votou e aprovou as contas do governador acatando essas recomendações do TCE para que o executivo possa, de forma definitiva, fazer esses ajustes necessários e no ano que vem possamos estar votan-



Líder do governo, deputado Davi Almeida ressaltou que as recomendações do Tribunal de Contas já estão sendo cumpridas

do a conta sem recomendações e ressalvas", disse Almeida.

VOTO DISSONANTE

O único voto contrário à aprovação das contas foi do deputado José Ricardo Wendling (PT) que criticou o fato de que as recomendações são ignoradas, as

"irregularidades" acabam por se repetir com o passar dos anos e não são resolvidas. "Algumas recomendações são as mesmas de 2013 e de 2014. São irregularidades apontadas pelos técnicos do Tribunal de Contas do Estado, mas, infelizmente, amenizadas pelos conselheiros

deste órgão, que são empossados para essa função por indicações do próprio governador. Exemplo disso é que, desde 2014, o relatório aponta que o governador não está cobrando os grandes devedores que estão na Dívida Ativa do Estado, hoje em torno de R\$ 3,7 bil", avaliou.

Sugestões do TCE foram acolhidas

Ao todo são 14 as recomendações feitas pelo do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para a aprovação da prestação de Contas do Governo do Estado, referente ao exercício de 2015. Entre elas, está a indicação para que o Governo adote providências quanto aos gastos com pessoal, reduzindo as despesas, uma vez que está chegando ao limite prudencial do percentual previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outras recomendações são: buscar opções para descentralizar a economia da capital amazonense, a fim de que não seja fundamentada apenas na indústria; e melhorar a transparência, visto que o Amazonas teve um índice abaixo da média nacional.

Segundo deputado David Almeida já existem indicações do Governo que as recomendações serão atendidas. "Já foi sinalizado pelo secretário de Finanças, pelo secretário de planejamento e pelo próprio governador José Melo para que possam acatar essas sugestões do Tribunal de Contas e a aplicação do recurso público possa ser feita de uma forma mais clara, mais transparente, atendendo as recomendações", contou.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Amazonas (LDO) será a próxima pauta mais importante da ALE-AM.

Veículo: Jornal A Crítica	Editoria: Cidades	Página: C2	Data: 06.07.16
Título/Assunto: MPC quer reavaliação			
Link para matéria:			
Cita o MPC? [x] SIM [] NÃO	[x] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[x] Articulada pela assessoria [] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo

C IRANDUBA

Central de Abastecimento está sem uso; feirantes preferem montar bancas do lado de fora

MPC quer reavaliação

Divulgação/MPC

A 1ª Procuradoria do Ministério Público de Contas (MPC) do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) recomendou, ontem, que a Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) reavalie o projeto da Central de Abastecimento de agricultura familiar, no Município de Iranduba (a 27 quilômetros da capital de Manaus), devido a baixa fixação dos agricultores familiares no local, que preferem montar suas barracas do lado de fora do prédio construído pela secretaria.

De acordo com informações da própria Sepror, a estrutura da Central de Abastecimento, construída logo após a ponte Rio Negro, custou aos cofres públicos R\$ 5.938.636,33, com área construída de 7.540 m², contendo 88 boxes, 28 pedras (estruturas para expor o produto na altura do chão) e praça de alimentação com seis restaurantes.

Em visita realizada na Central de Abastecimento pelo responsável da 1ª Procuradoria do MPC, Carlos Alberto Almeida, no dia 30 de junho, constatou-se

Feirantes optam pelo lado de fora

A Central de Abastecimento de Iranduba foi pensada para abrigar todos os feirantes que estavam concentrados na beira do porto das balsas ou ao longo do início da AM-070. Os feirantes, contudo, preferem ficar do lado de fora.

que o prédio encontra-se abandonado. Segundo o procurador, grande parte dos boxes destinados aos agricultores familiares estão fechados e a estação de tratamento de água está desativada. "É uma questão de tempo para que a estrutura seja vandalizada e depredada", disse o procurador.

Foi constatado ainda que alguns dos feirantes mudaram-se para a frente da central, em barracas de madeiras. Outros saí-



Estrutura da Central de Abastecimento previa 88 boxes, mas feirantes querem contato direto com os consumidores

ram do local e estabeleceram-se, precariamente, a menos de 1 quilômetro do local, no acostamento da pista de rolamento, acarretando riscos a própria segurança e a dos motoristas, em uma feira improvisada.

Diante deste cenário, a 1ª

Procuradoria do MPC recomendou, ainda, que a Sepror elabore uma nova estratégia para promover a efetiva ocupação do espaço físico da Central de Abastecimento de Agricultura Familiar, em Iranduba, requalificando o ambiente.

A Secretaria de Produção Rural já informou, em A CRÍTICA, que conhece os problemas da Central de Abastecimento de Iranduba e que trabalha para fazer conscientizar os feirantes a usar o lado interno da feira, mas eles preferem ficar de fora.

Veículo: Jornal Amazonas Em Tempo	Editoria: Política	Página: A5	Data: 06.07.16
Título/Assunto: Assembleia Legislativa aprova contas de José Melo			
Link para matéria:			
Cita o MPC? [] SIM [x] NÃO	[] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[] Articulada pela assessoria [x] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo

Assembleia Legislativa aprova contas de José Melo

Sessão votou ainda projeto de lei que estabelece novo quadro de vencimentos do Ministério Público do Estado (MPE)

DIOGO DIAS

Depois de três adiamentos da ordem do dia na Assembleia Legislativa do Estado (Alem), os deputados conseguiram votar, ontem, 13 dos 16 projetos de lei que estavam em pauta, entre os quais o de nº 06/2016, referente às contas do governador José Melo (Pros), do exercício financeiro de 2015, e o de nº 118/2016, que estabelece o novo quadro de cargos e vencimentos dos servidores administrativos do Ministério Público do Estado (MPE). Outros três projetos foram retirados pela ausência dos relatores e por apresentarem vício de inconstitucionalidade.

Com recesso parlamentar previsto para iniciar dentro de oito dias e com apenas cinco sessões para votar projetos pendentes, incluindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017, o presidente da casa, deputado Josué Neto (PSD), afirmou que tudo está sendo seguido dentro de uma programação de acordo com o calendário e que não há nenhum atraso de votações. "Esta semana nós vamos estar recebendo membros do MPF que solicitaram uma reunião de cortesia para apresentar algumas das ações na casa. Já o projeto da LDO está tramitando no seu tempo normal sem qualquer alteração, e possivelmente iremos apre-

Opportunizar ressaltou que não há passivo de projetos pendentes de votação na casa,

haja vista que as pendências de anos anteriores já foram votadas em plenário.

Um dos projetos em destaque na votação de ontem foram as contas do governador José Melo, aprovadas em plenário. Conforme o relator da Comissão de Finanças da casa, deputado Adjuto Afonso (PDT), ele deu parecer favorável, mas manteve as recomendações feitas pela comissão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Yara Lins.

CALENDÁRIO

Com recesso parlamentar previsto para iniciar dentro de oito dias, o presidente Josué Neto afirma que o calendário está sendo seguido e que não há atraso de votações

Uma delas é a recuperação da dívida ativa.

"O governo deve iniciar um programa para recuperação da dívida ativa porque isso é uma ótima receita que entra na caixa. Nós, deputados, podemos compor essa comissão e analisar aquilo que pode ser cobrado, identificando quais são os maiores devedores para que essa casa possa dar contribuição", salientou o deputado. O líder do governo, deputado David Almeida (PSD), afirma no caixa: "Nos, deputados, podemos compor essa comissão e analisar aquilo que pode ser cobrado, identificando quais são os maiores devedores para que essa casa possa dar contribuição", salientou o deputado.

O líder do governo, deputado David Almeida (PSD), afirma que as recomendações dadas no parecer técnico vão ser compreendidas para que o governo possa, de forma definitiva, fazer os ajustes necessários,



Após três adiamentos consecutivos das votações da Assembleia, os deputados aprovaram ontem 13 matérias, entre elas as contas de Melo

e que no próximo ano a apresentação de contas possa ser aprovada sem nenhuma recomendação e ressalvas. "Já foi sinalizado pelo secretário de Fazenda que a aplicação do recurso público será feita de uma forma mais clara e transparente", ressaltou.

O parlamentar diz também que a recuperação da dívida ativa já está em processo de judicialização e depende da análise do Tribunal de Justiça do Amazonas (Tjam), que, do recurso público será feita de uma forma mais clara e transparente", ressaltou.

O parlamentar diz também que a recuperação da dívida ativa já está em processo de judicialização e depende da análise do Tribunal de Justiça do Amazonas (Tjam), que, segundo ele, já tem uma posição. "O tribunal dará celeridade abrindo uma vara especializada para que possa se ater a essas questões, fazendo as cobranças

e que esses recursos possam entrar nos cofres públicos e ser aplicados de melhor forma".

Votação dos projetos

Foi aprovado em votação única o projeto de lei nº 118/2016, do MPE, que altera o 1º parágrafo do artigo 10 da lei nº 3.147, que estabelece o novo quadro de cargos e vencimentos dos servidores administrativos e institui o percentual de 3,534% para o cargo de agente técnico jurídico do MP. De acordo com 118/2016, do MPE, que altera o 1º parágrafo do artigo 10 da lei nº 3.147, que estabelece o novo quadro de cargos e vencimentos dos servidores administrativos e institui o percentual de 3,534% para o cargo de agente técnico jurídico do MP. De acordo com o órgão, o percentual não foi instituído na última legislação aprovada sobre o tema.

Foi retirado de pauta o projeto de lei nº 176/2016, do de-

putado Platiny Soares (DEM), pela sua ausência. A matéria dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos e privados de informar, por meio da fixação de cartazes, o direito de acompanhante à parturiente.

Também foi retirado de pauta o veto total nº 13/2016, referente à mensagem governamental nº 21.2016 - oposto ao projeto de lei nº 224/2015, de autoria de Platiny, que torna sem efeito os atos, sin-

do direito de acompanhante à parturiente. Também foi retirado de pauta o veto total nº 13/2016, referente à mensagem governamental nº 21.2016 - oposto ao projeto de lei nº 224/2015, de autoria de Platiny, que torna sem efeito os atos, sindicâncias e processos administrativos ou iniciativas que tenham gerado ou que possam gerar punição a policiais militares e bombeiros do Esta-

do do Amazonas em razão da participação em movimentos reivindicatórios de manifestação de pensamento.

A remoção foi a pedido do deputado Cabo Maciel (PR), que afirma ser uma matéria de nível nacional, já aprovada pelo Senado. "A ex-presidente Dilma Rousseff vetou essa matéria, porém, o Senado derrubou o veto e ela re- trata todos os movimentos da segurança pública, da Polícia Militar, Civil de todo o Brasil,

que afirma ser uma matéria de nível nacional, já aprovada pelo Senado. "A ex-presidente Dilma Rousseff vetou essa matéria, porém, o Senado derrubou o veto e ela re- trata todos os movimentos da segurança pública, da Polícia Militar, Civil de todo o Brasil, por isso foi pedido para a Assembleia retirar para que seja feita uma busca de informação mais aprofundada", explicou o parlamentar.

DIVALDO ROCHA/IM

Veículo: Jornal Amazonas Em Tempo	Editoria: Economia	Página: B3	Data: 06.07.16
Título/Assunto: MPC pede reavaliação de feira			
Link para matéria:			
Cita o MPC? [x] SIM [] NÃO	[x] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[x] Articulada pela assessoria [] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo



IRANDUBA

MPC pede reavaliação de feira

A 1ª Procuradoria do Ministério Público de Contas (MPC) do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) recomendou, no último dia 4, que a Secretaria de Estado de Produção Rural e Sustentabilidade (Seprors) reavalie o projeto da central de abastecimento de agricultura familiar, no município de Iranduba (a 27 quilômetros da capital), devido à baixa fixação dos agricultores familiares no local.

Segundo a Seprors, a estrutura construída logo após a ponte Rio Negro custou aos cofres públicos em torno de R\$ 5,9 milhões, com área construída de 7.540 metros quadrados, contendo 88 boxes, 28 pedras e praça de alimentação com seis restaurantes.

Em visita realizada no local pelo responsável pela 1ª Procuradoria do MPC, procurador de Contas Carlos Alberto Almeida, no dia 30 de junho, constatou-se que o local encontra-se abandonado. Segundo o procurador, grande parte dos boxes destinados aos agricultores familiares está fechada e a estação de tratamento de água está desativada. "É uma questão de tempo para que a estrutura seja vandalizada e depredada", disse o procurador.

Foi constatado ainda que alguns dos feirantes mudaram-se para a frente da central, em barracas de madeiras. Outros saíram do local e estabeleceram-se, precariamente, a menos de um quilômetro do local, no acostamento da pista de rolamento, acarretando riscos a própria segurança e a dos motoristas, em uma feira improvisada.

Diante deste cenário, a 1ª Procuradoria do MPC recomendou, ainda, que a Seprors elabore uma nova estratégia para promover a efetiva ocupação do espaço físico da Central de Abastecimento de Agricultura Familiar, em Iranduba, requalificando o ambiente.

A Seprors foi procurada pelo EM TEMPO, mas não falou sobre o assunto até o fechamento da edição.

Feirantes montaram barracas em frente à central de abastecimento

Veículo: D24am	Editoria: -	Página: -	Data: 05.07.16
Título/Assunto: MPC recomenda que Sepror reavalie uso da Central de Abastecimento, em Iranduba			
Link para matéria: http://new.d24am.com/noticias/amazonas/recomenda-sepror-reavalie-central-abastecimento-iranduba/154693			
Cita o MPC? [x] SIM [] NÃO	[x] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[x] Articulada pela assessoria [] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo

D24am

NOTÍCIAS / AMAZONAS

MPC recomenda que Sepror reavalie uso da Central de Abastecimento, em Iranduba

Recomendação foi encaminhada após o órgão identificar uma baixa fixação dos agricultores familiares no local

terça-feira 5 de julho de 2016 - 1:00 PM
 Com informações de assessoria / portal@d24am.com

Manaus - A 1ª Procuradoria do Ministério Público de Contas (MPC) do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), recomendou, na última segunda-feira (4), que a Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) reavalie o projeto da Central de Abastecimento de agricultura familiar, no município de Iranduba (localizado a 27 quilômetros da capital), devido a baixa fixação dos agricultores familiares no local.

De acordo com informações disponibilizadas pela Sepror, a estrutura construída logo após a Ponte Rio Negro custou aos cofres públicos R\$ 5.938.636,33, com área construída de 7.540 m², contendo 88 boxes, 28 pedras e praça de alimentação com seis restaurantes.

Em visita realizada no local pelo responsável pela 1ª Procuradoria do MPC, procurador de contas Carlos Alberto Almeida, no dia 30 de junho, constatou-se que o local encontra-se abandonado. Segundo o procurador, grande parte dos boxes destinados aos agricultores familiares estão fechados e a estação de tratamento de água está desativada. "É uma questão de tempo para que a estrutura seja vandalizada e depredada", disse o procurador.

Foi constatado ainda que alguns dos feirantes mudaram-se para a frente da central, em barracas de madeiras. Outros saíram do local e estabeleceram-se, precariamente, a menos de 1 quilômetro do local, no acostamento da pista de rolamento, acarretando riscos a própria segurança e a dos motoristas, em uma feira improvisada.

Diante deste cenário, a 1ª Procuradoria do MPC recomendou, ainda, que a Sepror elabore uma nova estratégia para promover a efetiva ocupação do espaço físico da Central de Abastecimento de Agricultura Familiar, em Iranduba, requalificando o ambiente.

Veículo: AM Post	Editoria: -	Página: -	Data: 05.07.16
Título/Assunto: MPC recomenda que Sepror reavalie uso da Central de Abastecimento, em Iranduba			
Link para matéria: http://www.ampost.com.br/2016/07/mpc-recomenda-que-sepror-reavalie-uso-da-central-de-abastecimento-em-iranduba/			
Cita o MPC? [x] SIM [] NÃO	[x] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[x] Articulada pela assessoria [] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo



MPC recomenda que Sepror reavalie uso da Central de Abastecimento, em Iranduba

Recomendação foi encaminhada após o órgão identificar uma baixa fixação dos agricultores familiares no local.



A 1ª Procuradoria do Ministério Público de Contas (MPC) do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), recomendou, na segunda-feira (4), que a Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) reavalie o projeto da Central de Abastecimento de agricultura familiar, no município de Iranduba (localizado a 27 quilômetros da capital), devido a baixa fixação dos agricultores familiares no local.

De acordo com informações disponibilizadas pela Sepror, a estrutura construída logo após a Ponte Rio Negro custou aos cofres públicos R\$ 5.938.636,33, com área construída de 7.540 m², contendo 88 boxes, 28 pedras e praça de alimentação com seis restaurantes.

Em visita realizada no local pelo responsável pela 1ª Procuradoria do MPC, procurador de contas Carlos Alberto Almeida, no dia 30 de junho, constatou-se que o local encontra-se abandonado. Segundo o procurador, grande parte dos boxes destinados aos agricultores familiares estão fechados e a estação de tratamento de água está desativada. "É uma questão de tempo para que a estrutura seja vandalizada e depredada", disse o procurador.

Foi constatado ainda que alguns dos feirantes mudaram-se para a frente da central, em barracas de madeiras. Outros saíram do local e estabeleceram-se, precariamente, a menos de 1 quilômetro do local, no acostamento da pista de rolamento, acarretando riscos a própria segurança e a dos motoristas, em uma feira improvisada.

Diante deste cenário, a 1ª Procuradoria do MPC recomendou, ainda, que a Sepror elabore uma nova estratégia para promover a efetiva ocupação do espaço físico da Central de Abastecimento de Agricultura Familiar, em Iranduba, requalificando o ambiente.

Veículo: Diário do Amazonas	Editoria:	Página:	Data: 05.07.16
Título/Assunto: MPC recomenda que Sepror reavalie uso da Central de Abastecimento, em Iranduba			
Link para matéria: http://diariodoamazonas.com.br/mpc-recomenda-que-sepror-reavalie-uso-da-central-de-abastecimento-em-iranduba/			
Cita o MPC? [x] SIM [] NÃO	[x] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[x] Articulada pela assessoria [] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo

Diário do Amazonas

CLARO & ESCURO
POLÍTICA
CIDADES
MEIO AMBIENTE
POLÍCIA
ECONOMIA
EMPREGOS E CONCURSOS
CULTURA

311 MIL VAGAS EM CURSOS
DE QUALIFICAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL E TÉCNICO
NOS ÚLTIMOS 2 ANOS

CLARO & ESCURO Notícias

Pesquisar

MPC recomenda que Sepror reavalie uso da Central de Abastecimento, em Iranduba

🕒 5 de julho de 2016 👁 15 Views 📍 Abastecimento, Central, iranduba, MPC, recomenda, Sepror

Manaus – A 1ª Procuradoria do Ministério Público de Contas (MPC) do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), recomendou, na última segunda-feira (4), que a Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror) reavalie o projeto da Central de Abastecimento de agricultura familiar, no município de Iranduba (localizado a 27 quilômetros da capital), devido a baixa fixação dos agricultores familiares no local.

De acordo com informações disponibilizadas pela Sepror, a estrutura construída logo após a Ponte Rio Negro custou aos cofres públicos R\$ 5.938.636,33, com área construída de 7.540 m², contendo 88 boxes, 28 pedras e praça de alimentação com seis restaurantes.

Em visita realizada no local pelo responsável pela 1ª Procuradoria do MPC, procurador de contas Carlos Alberto Almeida, no dia 30 de junho, constatou-se que o local encontra-se abandonado. Segundo o procurador, grande parte dos boxes destinados aos agricultores familiares estão fechados e a estação de tratamento de água está desativada. “É uma questão de tempo para que a estrutura seja vandalizada e depredada”, disse o procurador.

Foi constatado ainda que alguns dos feirantes mudaram-se para a frente da central, em barracas de madeiras. Outros saíram do local e estabeleceram-se, precariamente, a menos de 1 quilômetro do local, no acostamento da pista de rolamento, acarretando riscos a própria segurança e a dos motoristas, em uma feira improvisada.

Diante deste cenário, a 1ª Procuradoria do MPC recomendou, ainda, que a Sepror elabore uma nova estratégia para promover a efetiva ocupação do espaço físico da Central de Abastecimento de Agricultura Familiar, em Iranduba, requalificando o ambiente.

Veículo: AM Post	Editoria: -	Página: -	Data: 05.07.16
Título/Assunto: MPC recommends that Sepror reevaluate use of Supply Center, in Iranduba			
Link para matéria: http://www.ampost.com.br/2016/07/mpc-recomenda-que-sepror-reavali-uso-da-central-de-abastecimento-em-iranduba/			
Cita o MPC? [x] SIM [] NÃO	[x] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[x] Articulada pela assessoria [] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo



MPC recommends that Sepror reevaluate use of Supply Center, in Iranduba

Recommendation was forwarded after the agency identify a low setting of family farmers on site.



The 1st Prosecutor of Auditors prosecutors (MPC) Amazonas State Court of Auditors (TCE-AM), recommended, on Monday (4), the Secretary of State for Rural Production (Sepror) re-evaluate the family farming Supply Center project, in the municipality of Iranduba (located 27 kilometers from the capital), due to low fixation of family farmers on site.

According to information provided by Sepror, the structure built after the Rio Negro Bridge cost the public coffers R \$ 5.938.636,33, with built area 7.540 m², containing 88 boxes, 28 stones and food court with six restaurants.

On a visit carried out on site by the head of 1st Attorney's MPC, accounts prosecutor Carlos Alberto Almeida, no dia 30 of June, it was found that the site is abandoned. According to the prosecutor, most of the boxes for family farmers are closed and the water treatment is disabled. "It's a matter of time before the structure is vandalized and dilapidated", said Attorney.

It was also found that some of the merchants moved to the front of the center, in wood huts. Others left the place and settled, precariously, less than 1 kilometer site, the raceway's edge, resulting risks to their own safety and drivers, in a makeshift fair.

In this scenario, 1st Attorney's MPC recommended, still, that Sepror draw up a new strategy to promote the effective use of the physical space of the Family Agriculture Supply Center, in Iranduba, requalifying the environment.

Veículo: Diário do Amazonas	Editoria: Política	Página: 5	Data: 06.07.16
Título/Assunto: ALE aprova contas do governador José Melo e PLs de corte de gastos no MP-AM			
Link para matéria:			
Cita o MPC? [] SIM [x] NÃO	[] Release da assessoria [] Release de outra instituição	[] Articulada pela assessoria [] Iniciativa do veículo	Conteúdo: [x] Positivo [] Negativo

ALE aprova contas do governador José Melo e PLs de corte de gastos no MP-AM

Votação As contas do governador, referentes a 2015, foram aprovadas pela maioria dos deputados e entre os projetos do Ministério Público, está o que altera a lei sobre as diárias dos servidores da instituição

Geraldo Farias
Redacao@diarioam.com.br

Manaus

A Assembleia Legislativa do Estado (ALE) aprovou, ontem, a prestação de contas do governador José Melo (PROS), do exercício de 2015, e mais 12 Projetos de Lei (PLs), entre eles, três do Ministério Público do Amazonas (MP-AM), que visam cortes de gastos na estrutura do órgão fiscalizador do Estado.

As contas do governador, referentes ao ano de 2015, foram aprovadas pela maioria dos deputados, tendo voto contrário apenas do deputado José Ricardo (PT). A discussão ficou pela

inclusão, ou não, das 14 recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM) ao aprovar as contas de Melo.

O líder do governo na ALE, deputado David Almeida (PSD), disse que as recomendações feitas pelo TCE-AM serão seguidas pelo governador, para que nas contas de 2016 não haja mais nenhuma recomendação. "Vamos seguir as recomendações para que, no futuro, estejamos aprovando as contas do governador referentes a este ano sem essas recomendações", afirmou.

Diárias

Entre os projetos do MP-AM está o que altera a Lei Complementar 11/1993, que trata sobre as diárias dos servidores da instituição. Com as



Asssembleia ALEM da prestação de contas do governador, foram aprovados 12 projetos

mudanças, em viagens para fora do Estado, as diárias serão referentes a 2,70% do respectivo subsídio dos servidores do MP e as diárias para viagens dentro do Amazonas terão o percentual de 1,35% do subsídio do servidor. Antes, esses percentuais eram

de 1/30 avos, referente à R\$1.015, e terão uma redução de 50%, sendo de R\$822, em viagens para fora do Estado, e R\$411, em viagens para o interior. O MP-AM prevê reduzir esses gastos de R\$ 45.986,70 mensais e de R\$ 551.840,44, anuais, para R\$ 279.86,92 men-

saís, e R\$ 335.243,07, por ano, de acordo com o projeto.

Outro projeto que também altera a Lei Complementar 11/1993, é referente aos gastos da ajuda de custo com remoções. Hoje, quando um promotor assume o cargo, ou é removido da função, ou promovido a trabalhar na capital, ele recebe uma ajuda de custo referente ao seu salário, valor que é baseado pelo salário mais alto dos procuradores, de R\$ 304 mil. A partir da mudança, eles receberão um terço do salário com essas remoções. O MP prevê economizar gastos de R\$ 521.895,01, para R\$ 292.941,00, por ano.

O MP-AM também enviou à ALE um anteprojeto, referente aos percentuais das diárias dos agentes técnicos jurídicos.

Daniel Melo/ALE/Divulgação